JUSTAPAZ

Centro de Transformação de Conflitos, Governação e Direitos Humanos



Relatório Anual de Actividades 2024

Maputo, 2024

Ficha Técnica

Título: Relatório Anual da JustaPaz 2024

Propriedade: JustaPaz

Coordenação: Horácio Zunguza

Textos: Lúcia Manhice, Horácio Zunguza, Filomena Motiane e Silvana Nhaca

Revisor: Telma Tonela & Jorge Saiete

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório faz menção das acções levadas a cabo durante o período de Janeiro a Dezembro de 2024.

No período em referência, nossas acções continuaram centradas nas províncias de Inhambane, Sofala, Zambézia e Nampula. E , em parceria com instituições que trabalham nas mesmas áreas, desenvolvemos outras acções complementares.

Referir que foi um ano em grande parte das acções referentes aos projectos conflitos e UPR tiveram o seu término.

A JustaPaz baseia se na sua **VISÃO** de estabelecimento de uma sociedade onde haja uma cultura de paz, justiça, democracia, boa governação, defesa dos direitos humanos e uma co-existência pacífica entre as várias camadas sociais;

Na sua **MISSÃO** de promover abordagens construtivas e cooperativas de transformação de conflitos e redução de violência a nível político, social e religioso no seio das comunidades de base para a concretização das suas acções, bem como no seu **OBJECTIVO** de Contribuir para a Edificação da Paz, Promoção de Boa Governação e Defesa dos Direitos Humanos.

1.PROJECTOS E ACTIVIDADES

1.1. Projectos Implementados

Ao longo do de 2024, continuamos a implementar actividades referentes aos 3 projectos que faziam parte do plano trienal (Junho de 2021 a Junho de 2024) e não só, mas também, outras acções/actividades foram levadas a cabo nesse período conforme apresentamos a seguir:

Projecto 1 - "Fortalecimento do desenvolvimento da comunidade por meio de abordagens de resolução de conflitos, e empoderamento de mulheres e raparigas**"**;

Projecto 2 - Monitoria da Implementação das Recomendações no Processo de Revisão Periódica Universal dos Direitos Humanos em Moçambique (UPR);

Projecto 3 - Projecto – Minha Voz

Actividades realizadas e alcance dos resultados em cada projecto

Projecto 1 - "Fortalecimento do desenvolvimento da comunidade por meio de abordagens de resolução de conflitos, e empoderamento de mulheres e raparigas".

O projecto 1 comportava 3 componentes (Governação, Acesso a Justiça e Diálogo Inter Religioso e Direitos da Mulher e Rapariga). O mesmo fui implementado em 7 distritos das províncias de Inhambane (Jangamo e Funhalouro), Zambézia (Ile, Molevala e Namacura) e Nampula (Mogovolas e Mossuril).

a) Componente - Governação

A componente tem como objectivo: contribuir para a melhoria da participação dos cidadãos nos processos de governação e desenvolvimento local, por intermédio do empoderamento dos Conselhos Consultivos Distritais (CCDs).

Acções desenvolvidas:

realização de sete (7) sessões dos Conselhos Consultivos nos distritos de Ile, Mulevala e Namacura na província da Zambézia, Mossuril e Mogovolas na província de Nampula e Jangamo e Funhalouro na província de Inhambane.

Resultados alcançados:

450 beneficiários entre membros dos Conselhos Consultivos e representantes do governo local dos sete distritos com conhecimentos sobre como participar e contribuir nos processos de Desenvolvimento do distrito.

Os treinamentos visavam capacitar os membros do Conselho Consultivo em matérias de participação e representatividade e em simultâneo sensibilizar para um maior envolvimento das mulheres naquele órgão de extrema importância para o desenvolvimento local e por conseguinte nacional.

Impacto das acções:

- Compreensão por parte dos governantes dos distritos abrangidos da relevância da efectiva participação dos membros dos CCDs no desenho da agenda de desenvolvimento local retratando desta forma cada vez mais os anseios das comunidades.
- Abertura e consideração pelos governos locais das demandas das mulheres, onde elas são mais ouvidas como resultado da acção de empoderamento, ou seja, as necessidades apresentadas pelas mulheres nas sessões dos CCDs são em grande medida incluídas nos planos de desenvolvimento local.

b) Componente - Acesso à Justiça e Diálogo Inter-Religioso (AJ & DIR)

A componente tem o objectivo de promover a resolução pacífica de conflitos comunitários e religiosos mediante o empoderamento dos Juízes Comunitários e Líderes Religiosos.

Actividades desenvolvidas

- ✓ Foram realizadas monitorias das actividades desenvolvidas tanto pelos Juízes Comunitários bem como pelos Líderes Religiosos nos distritos de Jangamo, Funhalouro, Ile, Moleva, Namacura, Mogovas e Mossuril.
- ✓ Foram levado a cabo acções em parceria com o Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos:
  - Participações em reuniões religiosas e em diferentes eventos (Dia mundial da Fraternidade Humana e dia da Paz) organizados pelo Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos.



Membros do CCD – Distrito de Funhalouro - Inhambane

- Participação em capacitação sobre a Lei de Liberdade Religiosa e outras matérias similares diferentes eventos religiosos organizados pelo Ministério).

Resultados alcançados

- A actividade abrangiu cerca de 215 pessaos entre Juízes e Líderes Religiosos. Igualmente foram abrangidos membros das comunidades e autoridades locais (Conservatória e Governo do distrito). O propósito de incluir a comunidade e as autoridades locais, era para perceber até que ponto as acções levadas a cabo pelos Juízes Comunitários (mediação de conflitos) e Líderes Religiosos(palestras sobre vários males que apoquentam as comunidades) fazem diferença na vida das comunidades.
- Criação de fóruns das igrejas para discutir assuntos religiosos e entre outros.
- Troca de experiências com várias lideranças religiosas tanto de Moçambique e do estrangeiro sobre a Liberdade Religiosa. Ao mesmo tempo criado o entendimento sobre a matéria como forma de preparar os líderes religiosos em Moçambique para encarar de boa fé a Lei sobre Liberdade Religiosa e de Culto após a sua aprovação pelas Assembleia da República de Moçambique.

Impacto da acções

- ✓ Maior procura por dos serviços prestados pelos juízes comunitários pela comunidade, principalmente mulheres e pessoas carenciadas.
- ✓ Casos de violência doméstica e baseada no género tendem a diminuir não só pela acção positiva dos juízes comunitários mas também pela intervenção das lideranças religiosas mediante palestras de sensibilização sobre os efeitos negativos da violência.
- ✓ Há redução de casos de uniões prematuras e recuperação de meninas que se encontravam nessa situação.
- ✓ Incremento de iniciativas de construção de paz e reconciliação nas comunidades através de espaços de diálogo inter religioso já estabelecidos.

a) Componente - Direitos Humanos da Mulher e Rapariga

Esta componente procura empoderar a mulher e rapariga para que estas possam defender os seus direitos no âmbito familiar e escolar bem como treina-las em matéria sobre inclusão e participação em espaços de tomada de decisão.

Actividades desenvolvidas

1. Organização da logística e material didáctico necessários para as bolseiras suportadas pela JustaPaz na província de Inhambane.

2. Realizadas treinamentos sobre Violência Baseada no Género e campanhas de advocacia para a educação da rapariga.
3. Promoção de actividades extracurriculares e sensibilização sobre o consumo de drogas.



Resultados alcançados

- Distribuído material didáctico a 25 raparigas beneficiárias de bolsas de estudo.
- 10 raparigas realizaram exames de admissão para o ensino técnico e 5 foram admitidas.

- 240 raparigas treinadas em matérias de direitos humanos da rapariga incluindo, prevenção de uniões prematuras, gravidezes precoces e sensibilizadas sobre os efeitos nefastos do uso de drogas.
- Criadas hortas escolares e fomentada a criação de animais de pequeno porte.

Impacto das acções

- ✓ Rapariga formada e empoderada, independente e com condições criadas para auto sustento.
- ✓ A conceção de bolsas de estudos insentiva as raparigas e consequentemente o número das que permanecem e concluem o nível médio educacional.
- ✓ Incremento de denúncias de uniões prematuras feitas pelas raparigas,
- ✓ Melhorada a dieta alimentar das beneficiárias.

Projecto 2 - Monitoria da Implementação das Recomendações no Processo de Revisão Periódica Universal dos Direitos Humanos em Moçambique (UPR)

O projecto tem por objectivo contribuir para a promoção da melhoria da implementação das recomendações sobre Direitos Humanos do processo UPR, através da Implementação das actividades a 3 níveis: Local, Nacional e Internacional.

<u>Nível local:</u>

Actividades realizadas

- Realizou-se 2 debates radiofónicos nos distritos de Chibabava e Buzi sobre dois temas a destacar: acesso ao ensino profissional na perspectiva de género e prostituiçao infantil.



Clube de Raparigas – Mavume – Funhalouro - Inhambane

- Aquição de material escolar para garantir continuidade das bolsas das raparigas contempladas pelo projecto.
- Concluiu-se o processo de aquisição e entrega de Direito de Uso e Aproveitamento da Terra(DUATS) às associações das comunidades de Guara-Guara, Manhetche, Djovo e Nhambinda no distrito de Búzi, num evento que contou com a participação do parceiro estratégico do projecto, o Serviço Distrital das Actividades Economicas – SDAE.



Debate Radiofónico com a coordenadora Ângela Jorge do AMPDC - Sofala

Impacto das Acções levadas a cabo pelo projecto

Maior abrangência dos conteúdos debatidos e difundidos para o bem-estar social.

Com a entrega do Direito de Uso e Aproveitamento da terra-DUATs às comunidades, assegura-se que estas façam uso da terra sem que possam enfrentar mais problemas de usurpação.

Nível nacional:

Ao nível nacional foram desenvolvidas as seguintes actividades

- Através da ASCUT continuamos envolvidos na revisão da Lei de Terras (Lei nº19/97, de 1 de Outubro), de tal forma que no período em relato, a Comissão de Revisão da Política Nacional de Terras (CRPNT) disponibilizou o draft 3 da lei de terras, o qual tomou em consideração algumas sugestões propostas pela ASCUT no draft 1,
- Promoveu formação em gestão do sistema de Monitoria e Reporte de Casos de Usurpação e Conflitos de Terra e outros Recursos Naturais, aos responsáveis pelo manejo do recém concebido instrumento de gestão de conflitos de terra,
- Através do Fórum de Monitoria do Mecanismo de Revisão Periódica Universal dos Direitos Humanos- FMMRPU testemunhou-se no período em relato, a aprovação do "*Plano Nacional de Acção sobre Negócios e Direitos Humanos 2025- 2029*". Trata-se do plano do Estado sobre negócios e direitos humanos, face a questão de exploração dos recursos naturais nos últimos tempos.

Impacto

Com o trabalho que está sendo levado a cabo neste nível, logramos ter melhoria na coordenação das acções das instituições do Estado, como também Estado e SC em matérias de direitos humanos.

Nível internacional:

- O projecto participou da "*conferência Regional Subsaariana sobre o Combate ao Financiamento do Terrorismo e a Salvaguarda do Espaço Cívico na África Subsaariana*"

Conferência da Sociedade Civil da África Sub-Sahariana

- JustaPaz participa da conferência da Sociedade Civil da África Sub-Sahariana sobre o combate ao financiamento do terrorismo (CFT), subordinado ao Lema: "Juntos combatendo o financiamento do terrorismo ao mesmo tempo salvaguarguando espaço cívico"
- A JustaPaz faz parte de mais 120 delegados das Organizações da Sociedade Civil da África Sub-Sahariana na conferência sobre o combate ao financiamento do terrorismo e salvaguarda do espaço cívico, que se realiza de 05 e 6 de Agosto de 2024, na cidade de kampala-Uganda.



Entrega do DUAT aos beneficiários por intermédio da coordenadora Ângela Jorge

- A conferência tinha como objetivo aumentar a conscientização e a compreensão sobre a má aplicação e abuso de medidas de combate ao financiamento do terrorismo (CFT) e o seu impacto no espaço cívico, bem como promover o conhecimento sobre o papel das organizações sem fins lucrativos no complemento dos esforços dos governos para combater o financiamento do terrorismo, salvaguardando ao mesmo tempo espaço cívico.

- Especificamente, a conferência pretende provocar discussão, explorar as melhores práticas e procurar identificar oportunidades para construir confiança, melhorar a cooperação e fortalecer a colaboração entre organizações sem fins lucrativos, governos, intervenientes nacionais e regionais no CFT e o sector privado no esforço comum contra o terrorismo e financiamento do terrorismo

Impacto das acções a este nível

Maior preocupação por parte dos organismos internacionais na questão do respeito pelos direitos humanos em Moçambique.

A partilha de webbers sobre estas materias entre as organizacoes presentes no evento, como primeiros passos de construcao de confiança mutua entre SC e governos.

Projecto 3. MINHA VOZ

O projecto "MINHA VOZ" é uma iniciativa do Fundo Global e visa contribuir para a defesa dos direitos da rapariga promovendo a sua participação nos espaços de tomada de decisão.

No caso vertente deste projecto, várias actividades foram desenvolvidas ao longo de 2024. Contudo, gostaríamos com caros amigos e leitores, um caso de sucesso:

Alusivo ao dia 11 de Outubro, dia Internacional da Rapariga os Clubes de Raparigas reuniram-se e desenvolveram actividades recreativas como canto, dança, poesia e teatro exibindo letras sobre a questão de igualdade e violência de género.

No dia da rapariga foi igualmente partilhada a história de sucesso de uma das intergrantes dos clubes:

Yurica Marlene Mucambi, uma rapariga de 17 anos que frequenta a 12ª classe na Escola Secundária Graça Machel no distrito de Funhalouro, província de Inhambane no sul de Moçambique.

Yurica é membro do Clube das Raparigas, no âmbito do projeto "Minha Voz" que está a ser implementado pela JustaPaz e financiado pelo Her Voice Fund.

Na sua história, ela compara o seu conhecimento sobre o direito das mulheres e raparigas antes e depois de receber formação no clube de raparigas.

Disse Marlene:

"Eu não entendia o impacto das Uniões prematuras e não tinha ideia da gravidade da questão, muito menos das suas consequências, como a gravidez precoce e o risco de contrair HIV/SIDA".

Ela costumava ver as raparigas a ficarem em casa sem irem à escola, a ajudarem no trabalho agrícola e não se apercebia de que esta era uma das formas de violência.

"No entanto, depois de entrar para o Clube de Raparigas, tomei consciência dos impactos negativos e da gravidade das uniões prematuras e da importância de educar as raparigas", diz Yurica,

Com este conhecimento, ela agora lidera palestras na escola, recita poesias na comunidade e em reuniões comunitárias (reuniões do conselho escolar e do Conselho Consultivo Distrital). Nestes espaços, costuma usar canções, peças de teatro e poemas para defender os direitos das raparigas: fala da importância da educação das raparigas, dos direitos das raparigas à participação em fóruns de consulta e de tomada de decisões e da sensibilização das pessoas mais velhas para a igualdade e equidade de género e para a proteção das raparigas contra a violência.

1. ALIANÇA DA SOCIEDADE CIVIL CONTRA A USURPAÇÃO DA TERRA EM MOÇAMBIQUE (ASCUT)

A ASCUT é uma aliança de organizações da sociedade civil nacionais e internacionais sem fins lucrativos que desenvolvem actividades de advocacia no sector da terra e recursos naturais; agricultura; género e mudanças climáticas; indústria extractiva; e responsabilidade social e corporativa.

Ao longo de 2024 foram desenvolvidas as seguintes acções:
A ASCUT funciona através de um secretariado fixo, que funciona com um mandato de 2 anos renováveis, sendo a JustaPaz a actual organização que hospeda o secretariado e faz a gestão programática e financeira das actividades dos projectos ligados directamente a ASCUT, nomeadamente Campanha Comunitária para Inclusão, Prestação de Contas e Transparência na Indústria Extractiva; Sociedade Civil Unida em Prol da Agenda Comunitária dos Recursos Naturais – SCURN; Investimento Transformativo em Terras/ Transformative Land Investiment – TLI.

O **programa Sociedade Civil Unida em Prol da Agenda Comunitária dos Recursos Naturais – SCURN (2019-2024)** teve como objectivo ampliar a participação activa e efectiva da sociedade civil na elaboração, implementação e monitoria das políticas públicas em matéria de gestão comunitária dos recursos naturais e combate as causas das desigualdades de género nas províncias de Cabo Delgado, Niassa, Tete, Sofala e Inhambane. Os financiamentos derivavam do Programa de Apoio a Actores Não Estatais (PAANE II), da União Europeia (UE) e Governo de Moçambique, e o Projecto esteve a ser implementado, em parceria com ASCUT/CARE, Kuwuka JDA – Maputo; ACUDES – Inhambane; AMPDC – Sofala; ADEL- Tete; AMA - Cabo Delgado e ROADS - Niassa, através do programa SCURN.

O **projecto de Investimento Transformativo em Terras/Transformative Land Investiment (TLI)** tem em vista a defesa de investimentos responsáveis baseados na Terra (LBIs), orientados por regulamentos e incentivos nacionais, em consonância com as directrizes e princípios regionais/globais de promoção da transição dos sistemas alimentares sustentáveis. O projecto é gerido por um consórcio constituído pelo Center for International Forestry Research (CIFOR), Land Equity International (LEI), Center for People and Forests (RECOFTC), World Agroforestry (ICRAF) e a SNV - Organização de Desenvolvimento da Holanda. Apoio financeiro da Agência Suíça para o Desenvolvimento e Cooperação (SDC)

3.1 Programa Sociedade Civil Unida em Prol da Agenda Comunitária dos Recursos Naturais (SCURN)

- Partilhadas as abordagens e práticas adoptadas para o alcance dos resultados do programa.
- Partilhadas as lições e resultados alcançados durante a implementação do programa.
- Conhecidas as histórias de sucesso decorrentes da intervenção do programa.
- Emitidas contribuições da ASCUT e demais OSC sobre o processo a lei da terra
- Produzido um posicionamento sobre o processo de revisão da lei da terras

Com estas acções logramos os seguintes impactos

Ampliada a participação efectiva da sociedade civil na elaboração, implementação e na monitoria das políticas públicas em matéria de gestão de terra e sector extractivo, para o beneficio directo das comunidades, beneficiando directamente comunidades das províncias de Cabo Delgado, Niassa, Tete, Sofala e Inhambane.

3.2 No concerne ao programa Investimento Transformativo em Terras/Transformative Land Investiment (TLI)

Foram desenvolvidas actividades que resultaram:

- ✓ No estabelecimento de uma Comunidade de Prática composta por organizações da sociedade civil que lidam com a terra, agricultura e florestas.
- ✓ Na definição de tarefas e as responsabilidades da Comunidade de Prática.
- ✓ Na mapeamento das necessidades e capacidades da Comunidade de Práticas de acordo com as áreas de ntervenções do projecto.

Impacto das acções desenvolvidas neste programa

- Fortalecer a saúde dos ecossistemas e da terra através de melhorias equitativas e transformadoras de género em relação a segurança alimentar e meios de subsistência e resiliência.

1.PARTICIPAÇÕES EM OUTROS EVENTOS

Participação em um debate sobre "O Papel dos jovens na promoção da qualidade e integridade dos processos eleitorais"

A JustaPaz, através da Plataforma de Jovens Líderes da Matola do Projecto "Desenvolvimento, Democracia e Direitos para Todos (DDDT)", implementado pela Fundação Friedrich Ebert em parceria com a Organização dos Trabalhadores de Moçambique – Central Sindical (OTM-CS), foi convidada a participar do Encontro Nacional sobre Jovens e Eleições subordinada ao tema: *Papel dos Jovens na Promoção da Qualidade e Integridade dos Processos Eleitorais: oportunidades e acções práticas para 2024.*

O encontro serviu para reflectir-se sobre o papel dos jovens na promoção da qualidade e integridade eleitoral.

Vários pontos foram debatidos com vista ao melhoramento do diálogo entre jovens e actores políticos no contexto das eleições de 2024 e não só, mas também sobre que oportunidades os jovens podem ter para o desenvolvimento das suas capacidades para uma melhor participação nos processos eleitorais.

Participamos e comparticipamos no evento organizado pela Direcção Nacional de Administração da Justiça (DNAJ) sobre liberdade religiosa e de Culto em Moçambique. Realizado na ponta de Ouro e com a duração de dois dias, o mesmo serviu para a troca de experiências com cientistas na área da religião vindos da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos últimos Dias. Igualmente estiveram presente líderes religiosos representando diferentes confissões religiosas a nível do País.



- A convite da Direcção Nacional de Assuntos Religiosos (DNAR), a JustaPaz tomou parte da cerimônia de comemoração do dia mundial da fraternidade humana a 4 de Fevereiro,



- Participamos da Vii conferência nacional religiosa na cidade de Maputo e teve como objectivo: *consolidar as relações entre o Estado e as Confissões Religiosas na manutenção da Paz*, e subordinado ao lema: Confissões Religiosas Unidas Na Construção de uma Cultura de Paz em Moçambique.

4.1 Justapaz Participa no Evento Sobre Recursos Humanos

Subordinado ao tema: Ser uma Força de impacto Social – O papel da liderança na formação da Cultura, a JustaPaz tomou parte do mesmo à convite da empresa organizadora (Consultoria e Recursos Humanos – Tempus).

Vários pontos foram abordados, a destacar:

O papel dos Líderes junto do departamento de RH sobre o alinhamento da cultura organizacional como estratégia em busca de competitividade,

posicionamento social ou impacto social das organizações no meio onde estão inseridas.

A necessidade de a liderança da instituição trabalhar em conjunto com RH no desenvolvimento de acções para que os colaboradores e os diversos departamentos respeitem-se mutuamente.

A participação dos RH neste evento foi um impulsionador para a necessidade de se desenhar políticas/instrumentos que regulam a saúde e bem estar dos colaboradores da JustaPaz.

1.CAMPANHA DE REGISTO DE NASCIMENTO E EMISSÃO DE BILHETES DE IDENTIDADE

A JustaPaz em colaboração com o Serviço Provincial de Justiça e Trabalho e o Serviço Provincial de Identificação Civil em Cabo Delgado, prossegue pelo sexto dia consecutivo com a campanha de registos de nascimento e emissão de bilhetes de identidade para as vítimas dos ataques terroristas que afectam alguns distritos da província de Cabo Delgado desde 2017. A iniciativa é financiada pela UMCOR, braço humanitário da Igreja Metodista Unida.

Destacar que os beneficiários da campanha foram pessoas provenientes dos distritos de Muidumbe, Quissanga, Macomia, Mocimboa da Praia, Palma, para além do distrito de Chiúre (anfitrião).



Resultados alcançados

Os resultados previstos, na sua globalidade foram alcançados pois previa-se dar acesso a documentos de identificação civil a 1800 beneficiários, tendo sido possível alcançar a **1834, o que representa 101,8%** dos resultados previstos. Este dado foi possível graças a colaboração com os líderes comunitários, governo local e a população em geral pois foi através destes que foi possível disseminar a campanha e sensibilização para a adesão da população. As validações dos resultados foram feitas por entidade competente, primeiro através do sistema informático, tornando os registos e bilhetes de identidade válidos dado que são gerados pelo sistema biométrico usado pelas instituições e por outro lado, foi sempre feita a monitoria conjunta que deu crédito a qualidade dos trabalhos realizados.

No contexto de entrega dos Bilhetes de identificação civil aos beneficiários, nos dias 18 a 22 de novembro de 2024 foi constituída uma brigada do Serviço Provincial de Identificação Civil em Cabo Delgado que foi entregar os documentos no distrito de Chiure em Maningane e Ocua, onde foram entregue 339, dos 482, representando 68,2% de entregas e 31,7% focaram a cargo de entrega ao nível do distrito sendo que foram sensibilizadas as lideranças para que os beneficiários que não receberam os seus bilhetes possam levantar localmente.

Impacto da acção

Depoimentos dos beneficiários que constituem impacto imediato

1. **Beneficiário de Certidão de nascimento (reconstituição):** *"Este programa que vocês trouxeram é muito bom, me devolveram me sentir pessoa, antes vivia como uma pessoa que não é pessoa por falta de documento, assim já me sinto igual com outras pessoas, desde que queimaram minha casa e meus documentos la dentro por terroristas, não sabia onde recorrer para recuperar meus documentos"*
2. **Beneficiário de certidão de nascimento (1° registo):** *"Obrigado por terem registado minha criança, depois que ela nasceu e eu estava a pensar como chegar no registo, assim ela esta de parabéns, tem muitos jovens aqui que nunca foram registados, mas minha criança não faz mais parte desse grupo"*
3. **Beneficiário de BI**: *"Agora me sinto moçambicano, já posso concorrer para vários empregos e até andar sem temer que alguém vai me repreender por falta de BI"*.